



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Sul - Núcleo de Apoio Regional Pouso Alegre

Parecer nº 61/IEF/NAR POUSO ALEGRE/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0030459/2022-79

PARECER ÚNICO					
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Nome: Eli Carlos Sampaio Nunes			CPF/CNPJ: 297.662.028-85		
Endereço: Rua Thomaz Antoni Gonzaga, 22			Bairro: Centro		
Município: Camanducaia		UF: MG		CEP: 37650-000	
Telefone: (35) 98846-2059		E-mail: diego_guimaraes2012@hotmail.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2					
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:		UF:		CEP:	
Telefone:		E-mail:			
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
Denominação: Lote 20 da Quadra C			Área Total (ha): 0,103630		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 16.313			Município/UF: Camanducaia/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Não se aplica					
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo		0,023076		ha	
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,023076	ha	23K	390.427	7.471.743
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>					
Uso a ser dado a área		Especificação		Área (ha)	
Infraestrutura		Construção de edificação		0,023076	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)
Mata Atlântica	Floresta Ombrófila Alto Montana		Médio		0,023076

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Madeira de floresta nativa	Espécies diversas	6,506	ha

### 1. HISTÓRICO

Data de formalização do processo: 11/07/2022

Data da vistoria: 22/03/2023

Data da solicitação de informações complementares: 23/03/2023

Data do recebimento de informações complementares: 04/04/2023

Data de emissão do parecer técnico: 10/11/2023

Trata-se de processo para obtenção de Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental – D.A.I.A, para supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para construção de edificação, em uma área de 0,023076 ha, sendo 0,00922 ha em caráter **corretivo** e 0,013854 ha para nova intervenção, em um lote urbano, no Distrito de Monte Verde, município de Camanducaia/MG, onde foi observado em campo que no local há infraestrutura instalada. Diante do fato de já ter ocorrido intervenção sem autorização do órgão ambiental, foi consultada a documentação e constatada a apresentação do auto de infração nº 283973/2021 e BO nº 2021-048834520-001 lavrados pela PMMG.

Em análise ao processo, protocolado sob número 2100.01.0030459/2022-79, foi constatada a ausência de: informações de estudos mais recentes de fauna silvestre ameaçadas de extinção que justificasse a viabilidade da intervenção ambiental em conformidade à Lei nº. 11.428/2006 e Decreto nº. 6.660/2008; de estudo florístico; e de documentação comprobatória de data de aprovação do loteamento. Tais inconformidades foram atendidas através da solicitação de informações complementares, mediante Ofício IEF/NAR Pouso Alegre nº. 11, de 13 de março de 2023 (Doc. 62224329).

Foram apresentados, pelo requerente, em 04 de abril de 2023, as informações solicitadas através do ofício acima citado.

### 2. OBJETIVO

O objetivo deste parecer é analisar o Requerimento para Intervenção Ambiental com supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, em uma área de 0,023076 ha, sendo 0,00922 ha em caráter corretivo e 0,013854 ha para nova intervenção, visando à construção de edificação, na propriedade Lote 20, quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, no Distrito de Monte Verde, no município de Camanducaia/MG, em conformidade com os padrões técnicos e legais vigentes.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

Trata-se de um empreendimento visando à construção de edificação em um lote urbano todo revestido em mata nativa, no Loteamento Villas de Monte Verde II aprovado na década de 1990, anterior a promulgação da Lei Nº. 11.428 de 22 de dezembro de 2006, conforme Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Camanducaia/MG acostada junto ao processo SEI nº.2100.01.0030459/2022-79.

#### 3.1 Imóvel rural:

Trata-se de imóvel urbano, Lote 20, quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, no Distrito de Monte Verde, município de Camanducaia/MG, com área total escriturada de 0,103630 hectares (inferior a 4 módulos fiscais), conforme levantamento planimétrico acostado junto ao processo, de responsabilidade do técnico em Agrimensura Wellyton Ferreira da Silva, CRT: 1411824040, ART Obra / Serviço nº. CFT2201905533.

O imóvel se encontra registrado junto ao Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Camanducaia/MG, certidão de matrícula, sob número 16.313, de propriedade de Eli Carlos Sampaio Nunes desde 13/07/2020, conforme certidão acostada no referido processo SEI.



Figuras 1 e 2: Panorâmica do Lote 20 da Quadra G, Loteamento Villas de Monte Verde, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG (Imagem Google Earth 2023).

Conforme definição do Mapa de Aplicação da Lei nº. 11.428/06, elaborado pelo IBGE e informações constantes no IDE SISEMA, o imóvel lote urbano está localizado nos domínios do Bioma Mata Atlântica.

O uso do solo da propriedade, na data da vistoria, se encontrava composto por 0,09443 ha de vegetação nativa de porte arbóreo e arbustivo e 0,0092m<sup>2</sup> de infraestrutura conforme quadro de áreas, fotos e vistoria de campo.





Figura 3: Interior do Lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG.

O município de Camanducaia/MG, onde se localiza a propriedade cuja intervenção fora requerida, possui 35,49% de sua área total composta por Flora Nativa, segundo dados do Mapeamento e Inventário da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais.

### **3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

O imóvel, lote urbano 20 da Quadra C, não possui CAR (Cadastro Ambiental Rural), pois está localizado no Distrito de Monte Verde, área urbana do município de Camanducaia/MG.

## **4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

É requerida autorização para Intervenção Ambiental em uma área de 0,023076 ha, sendo 0,009222 ha em caráter corretivo e 0,013854 ha para intervenção a ser realizada, visando à supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, com a finalidade de construção de edificação e acesso, coordenadas geográficas (UTM) 390.427 E / 7.471.743 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), conforme demarcação em planta planialtimétrica apresentada.

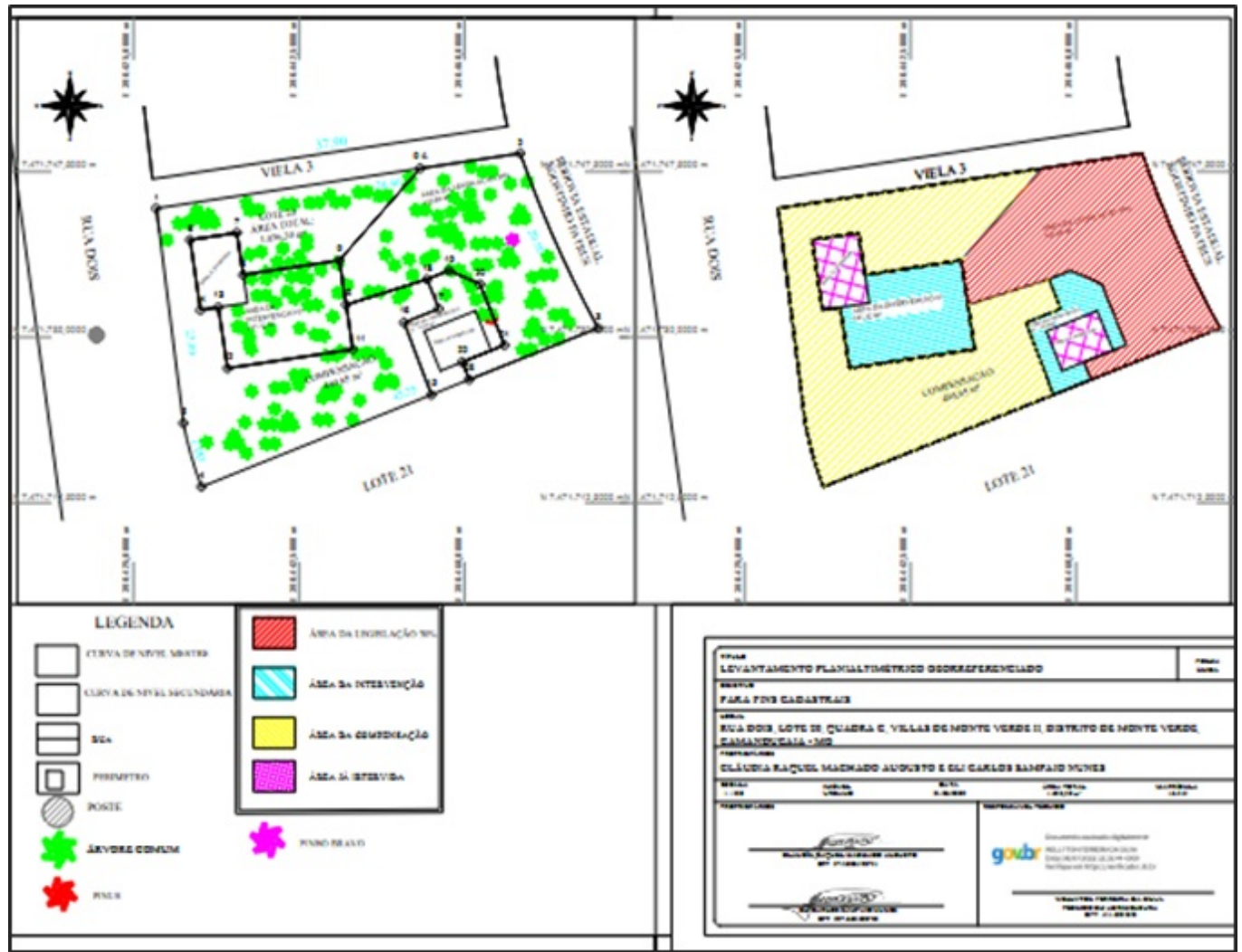


Figura 4: Planta planialtimétrica do Lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG.

Foi constatado que a área onde ocorrerá as intervenções não está localizada em área de preservação permanente (APP) da propriedade, contudo ocorrerá supressão de vegetação nativa de porte arbóreo e arbustivo, com destoca, nos locais das intervenções. Todas as árvores existentes, no lote, foram mensuradas, identificadas e tiveram seu volume quantificado, através de senso florestal, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) indivíduos arbóreos vivos.

O rendimento lenhoso foi estimado em  $6,506 \text{ m}^3$  de madeira de floresta nativa oriunda do corte de 51 (cinquenta e um) indivíduos arbóreos nativos vivos, que foram inventariados através de censo, com circunferência à altura do peito (CAP) maior ou igual a 10,0 cm. Observa-se que há uma tendência na população arbórea estudada de concentração do volume nas classes diamétricas intermediárias (DAP médio de 13,5 cm e Altura média de 6,0 m), onde podemos concluir que a área se encontra em estágio médio de regeneração natural, apresentando alguns indivíduos bifurcados e trifurcados.





Figura 5: Indivíduos arbóreos inventariados no Lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG.

Foram identificadas 20 (vinte) espécies diferentes distribuídas em 153 (cento e cinquenta e três) indivíduos arbóreos mensurados, pertencentes a 21 (vinte e uma) famílias botânicas, onde as espécies com maior ocorrência *Tibouchina mutabilis* representando 15,69% seguida pela *Daphnopsis brasiliensis* representando 11,76% seguida pela e *Machaerium nyctitans* representando 09,80% da população amostrada. Não foram identificadas espécies arbóreas exóticas na área do lote.

Não foram encontrados exemplares, dentre as espécies que serão suprimidas no Lote 20 da Quadra C, do Loteamento Villas de Monte Verde II, tanto ameaçadas de extinção de acordo com a Lista Oficial de Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção da Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014, quanto protegidas por lei (imunes de corte).

Segundo o responsável técnico pelo Inventário Florestal, acostado no processo SEI, Engenheiro Florestal João Paulo Andrade Azevedo, CREA-MG nº. 2008121510/D, ART Obra / Serviço nº. MG202212855161, a área diretamente afetada pelas intervenções é composta por Floresta Ombrófila Mista (FOM) em estágio secundário médio de regeneração natural com considerável grau de perturbação de origem antrópica que está localizada próxima a um fragmento remanescente de vegetação nativa localizado no entorno da zona urbana do distrito de Monte Verde.

Segundo informações constantes no Plano de Intervenção Ambiental (PIA), para o levantamento florístico os espécimes foram fotografados e os dados relevantes anotados em campo e posteriormente coletados. Houve maior predominância de espécies de hábito herbáceo com 50% das espécies apresentando este tipo de hábito, o (terrícolas, saxícolas e/ ou rupícolas) com 50%. Plantas com outros tipos de hábito representam 25%. As áreas de borda são caracterizadas pela predominância das famílias Asteraceae (50%), as outras famílias (Poaceae, Onagraceae, Rosaceae e Thelypteridaceae) representam 12,5% dos outros indivíduos, com destaque para as espécies *Ageratum fastigiatum* e *Brachiaria sp.* As samambaias estão representadas por uma espécie *Thelypteris regnelliana*. A família mais representativa foi Asteraceae com quatro espécies de quatro gêneros. Nesta área 75% das espécies amostradas são nativas e 25% representam espécies exóticas invasoras. Não foram localizadas espécies protegidas ou ameaçadas na área de estudo e na área requerida para intervenção.

Taxa de Expediente: DAE nº. 1401197805389 (R\$596,29), pago em 06/07/2022.

Taxa Florestal madeira (corretivo): DAE nº. 2901198174089 (R\$6,68), pago em 06/07/2022.

Taxa Florestal madeira (novo): DAE nº. 2901198164181 (R\$290,18), pago em 06/07/2022.

Número no SINAFLORE: 23122086

#### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

Segundo o IDESISEMA, a propriedade em questão se localiza em zona de Amortecimento em Reserva da Biosfera e em Área Prioritária para Conservação, além de estar inserida em Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental Fernão Dias), ela apresenta Vulnerabilidade Natural Alta.

- Vulnerabilidade natural: Alta
- Prioridade para conservação da flora: Muito Alta.
- Prioridade para conservação Biodiversitas: Está inserida em Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversitas como sendo do tipo Especial.
- Unidade de conservação: Está inserida em Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável denominada “Área de Proteção Ambiental Fernão Dias”.
- Área indígena ou quilombolas: Não ocorrem.
- Reserva da Biosfera: Amortecimento.
- Bioma: Mata Atlântica.
- Vegetação: Floresta Ombrófila Alto Montana.
- Áreas Prioritárias para Conservação: Alta.
- Áreas Prioritárias para Recuperação: Muito Baixa.
- Grau de Conservação da Vegetação Nativa: Muito Alta.
- Qualidade Ambiental: Média.
- Qualidade da Água: Alta.
- Risco Ambiental: Não classificada.
- Risco Potencial de Erosão: Baixa.
- Integridade da Fauna: Muito Alta.
- Integridade da Flora: Muito Alta.

Segundo a Lei nº. 11.428/2006 que trata da utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, estabelece em seu art. 11º e sua alíneas, o seguinte:

*Art. 11. O corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando:*

*I - a vegetação:*

- *abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;*

Foi constatado através dos dados apresentados no senso florestal que entre as 20 espécies arbóreas inventariadas e que serão suprimidas, não ocorrem exemplares descritos na Lista Oficial de Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção da Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014 e de espécies imunes de corte protegidas por lei.

- *exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;*

O local da intervenção ambiental, lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, não apresenta nenhum manancial ou recurso hídrico, e por se tratar de intervenção corretiva o lote está recoberto em parte por vegetação nativa de porte arbóreo e arbustivo em estágio médio de regeneração natural.

- *formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;*

O Lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, está localizado dentro da Zona de Expansão Urbana do município de Camanducaia/MG. No Loteamento Villas de Monte Verde II, na Rua da Pedra, e próxima ao lote nº. 20 da quadra C, há rede elétrica, rede de água, coleta de lixo e rede esgoto, confirmando se tratar de área consolidada e a vegetação do lote está localizada aproximadamente a 800 (oitocentos) metros de distância de um remanescente de Mata Atlântica em estágio avançado de regeneração natural (*RPPN Parque Levantina*) presente no entorno do Distrito de Monte Verde e de propriedade da Companhia Melhoramentos Florestal.

- *proteger o entorno das unidades de conservação; ou*

O Distrito de Monte Verde está inserido em Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável, denominada “Área de Proteção Ambiental Fernão Dias” (APA Fernão Dias), a qual permite determinados tipos de uso e ocupação do solo, recomendado para cada zoneamento ambiental da unidade.

- *possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*

Não há reconhecimento pelos órgãos executivos, do SISNAMA, do excepcional valor paisagístico (natureza exuberante) presente na área do Loteamento Villas de Monte Verde, contudo é amplamente reconhecido pela população local e visitantes a beleza cênica presente na região do Distrito de Monte Verde, conhecido como estância climática mais fria do Estado com fenômenos como geada e precipitação de neve.

*II - o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências da [Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#), no que respeita às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal.*

O local da intervenção ambiental, Lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, não apresenta nenhum manancial ou recurso hídrico, e por estar situado em área urbana do município de Camanducaia/MG, não apresenta área considerada como Reserva Legal.

Ainda segundo art. 39º do Decreto nº. 6.660 de 21 de novembro de 2008, que regulamenta dispositivos da Lei nº. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

*Art. 39. A autorização para o corte ou a supressão, em remanescentes de vegetação nativa, de espécie ameaçada de extinção constante da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constantes de listas dos Estados, nos casos de que tratam os [arts. 20, 21, 23, incisos I e IV, e 32 da Lei nº 11.428, de 2006](#), deverá ser precedida de parecer técnico do órgão ambiental competente atestando a inexistência de alternativa técnica e locacional e que os impactos do corte ou supressão serão adequadamente mitigados e não agravarão o risco à sobrevivência **in situ** da espécie.*

*Parágrafo único. Nos termos do [art. 11, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 11.428, de 2006](#), é vedada a autorização de que trata o **caput** nos casos em que a intervenção, parcelamento ou empreendimento puserem em risco a sobrevivência **in situ** de espécies da flora ou fauna ameaçadas de extinção, tais como:*

*I - corte ou supressão de espécie ameaçada de extinção de ocorrência restrita à área de abrangência direta da intervenção, parcelamento ou empreendimento; ou*

*II - corte ou supressão de população vegetal com variabilidade genética exclusiva na área de abrangência direta da intervenção, parcelamento ou empreendimento.*

A propriedade, Lote 20, quadra C, era constituída em sua totalidade por vegetação nativa de porte arbóreo e arbustivo, sendo observado no local, que não há alternativa técnica locacional para a construção de uma edificação na área. Com a execução da supressão seguindo as medidas mitigadoras de forma sequencial, iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra, com o corte de troncos, empilhamento e remoção da galhada e, somente depois, quando necessário, o uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza e as áreas que não sofrerão intervenção sendo preservadas, concluiu-se



que não são previstos impactos significativos para a flora local.

*Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos Arts. 11, 12 e 17 desta Lei.*

*§ 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.*

O Lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, Distrito de Monte Verde, está localizado dentro da Zona de Expansão Urbana do município de Camanducaia/MG, situado em área periférica do Distrito, apresentando proximidade com fragmento florestal maior em estágio médio de regeneração natural do Bioma Mata Atlântica e a área objeto de intervenção ambiental, 0,103630 ha representa 22,26% da área total do lote, restando uma área de 0,080554 ha (77,74%) sem nenhuma intervenção e destinada a conservação ambiental através da modalidade de servidão florestal.

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

O porte do empreendimento (construção civil em lote urbano) é pequeno de baixo impacto de acordo com a DN COPAM N°. 217/2017 e foi observado em campo que o mesmo se enquadra, conforme resultado gerado no Sistema LAS Cadastro, como não passível de licenciamento ambiental pelo ente federativo estadual, acostado ao processo.

- Atividades desenvolvidas: Construção civil em lote urbano.
- Código atividade: Nenhuma.
- Atividades licenciadas: Nenhuma.
- Classe do empreendimento: Nenhum.
- Critério locacional: Nenhum.
- Modalidade de licenciamento: Não passível.
- Número do documento: Não informado.

#### **4.3 Vistoria realizada:**

Foi realizada vistoria técnica no imóvel na data de 22/03/2023, acompanhada pelo representante do requerente.

Não é desenvolvida nenhuma atividade econômica na propriedade e foi constatado em campo os dados de caracterização biofísica da mesma.

A propriedade apresenta relevo ondulado e solos do tipo Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico.

A vegetação é composta por fragmento de Mata sem a presença de sub-bosque na área do lote urbano. No local, denominado Loteamento Villas de Monte Verde II, existem infraestruturas de moradia, ruas pavimentadas, rede elétrica, rede de água, coleta de lixo e captação de esgoto, confirmando se tratar de área consolidada.

O local de intervenção requerido (0,023076 ha), não considerado APP, para supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, está recoberto por fragmento de mata nativa classificada, segundo o IDE-SISEMA, como Floresta Ombrófila Alto Montana em estágio médio de regeneração natural, já segundo a Resolução CONAMA n°. 392/2007, observado em campo: a estratificação incipiente com formação de dois estratos, dossel e sub-bosque; predominância de espécies arbóreas formando um dossel entre 6 e 8 metros de altura; espécies lenhosas com distribuição diamétrica de moderada amplitude com DAP médio de 11,5 centímetros; as espécies arbóreas nativas inventariadas classificadas como pioneiras, definindo a cobertura vegetal como Floresta Ombrófila Mista Secundária estágio médio de regeneração natural.

As espécies com número significativamente maior de indivíduos dentro da área desmatada foram:

*Tibouchina mutabilis* representando 15,69% seguida pela *Daphnopsis brasiliensis* representando 11,76% seguida pela e *Machaerium nyctitans* representando 09,80% da população amostrada. Este resultado sugere o grau de perturbação de origem antrópica desta unidade amostral, com 3 espécies ocupando quase 40% da área inventariada.

O local da intervenção requerida, de 230,7 m<sup>2</sup>, representa 22,26% da área total do lote de 1036,3 m<sup>2</sup>.

Foi apresentada, na área de intervenção, a conservação de 30% da cobertura vegetal nativa (Mata), uma área de 0,031089 ha, coordenadas geográficas (UTM) 390.446 E / 7.471.738 S e 390.460 E / 7.471.725 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), existente no local e que não será suprimida, segundo o Art. 55 do Decreto n°. 47.749 de 11 de novembro de 2019, já que o Loteamento Recanto do Selado foi aprovado anterior a 22 de dezembro de 2006 conforme declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Camanducaia/MG, acostada ao processo



*Figura 8: Local da área de conservação ambiental presente no Lote 20, Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG*

Foi apresentada, a compensação ambiental, pela intervenção ambiental solicitada, na mesma propriedade, através da conservação de 0,049465 ha da cobertura vegetal nativa (Mata), coordenadas geográficas (UTM) 390.427 E / 7.471.743 S e 390.456 E / 7.471.723 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), existente no local e que não será suprimida, segundo os Art. 48 e 49 do Decreto n°. 47.749, de 11 de novembro de 2019, portanto, a compensação ambiental será na proporção de duas vezes a área suprimida na modalidade de servidão florestal.





*Figura 9: Local da área de compensação ambiental, coordenadas geográficas (UTM) 390.427 E / 7.471.743 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), presente no Lote 20, Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, Camanducaia/MG.*

Foi verificado que no lote as áreas demarcadas como conservação e compensação apresenta solo desprovido de vegetação rasteira e de sub-bosque.

As medidas compensatórias apresentadas deverão ser averbadas em cartório de registro, junto à matrícula do imóvel, através de Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF.

#### **4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: A propriedade apresenta relevo ondulado, contudo no local da intervenção ambiental a topografia levemente inclinada.
- Solo: A propriedade apresenta solos dos tipos Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico;
- Hidrografia: A propriedade não conta com recursos hídricos.

O índice de pluviosidade anual na área de influência da bacia do Rio Jaguari, situa-se em 1.500 mm e na região predomina clima mesotérmico brando úmido, segundo Köppen e Geiger. A propriedade encontra-se geograficamente inserida na bacia hidrográfica do Rio Grande e Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – UPGRH PJ1– Rio Piracicaba / Jaguari.

#### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: A propriedade está localizada no Bioma Mata Atlântica e apresenta vegetação nativa de porte arbóreo e arbustivo, classificada como Floresta Ombrófila Alto Montana, segundo o IDE SISEMA, e em estágio médio de regeneração natural, segundo a Resolução CONAMA n°. 392/2007.
- Fauna: Foi apresentado um Laudo Técnico de Fauna, de responsabilidade do Engenheiro Florestal João Paulo Andrade Azevedo, CREA-MG n°. 2008121510/D, ART Obra / Serviço n°. MG202212844759 e um Relatório de Fauna, de responsabilidade do Biólogo Thiago Jardim de Oliveira, CRBio n°. 123502/04-D, ART n°. 20231000103968, acostado ao processo SEI, que descreve as espécies da fauna silvestre ocorrentes na área do lote e seu perímetro, uma vez que podem usar o local como passagem ou para se abrigarem.

O diagnóstico da fauna se baseou através de dados secundários, revisão bibliográfica, presentes nos levantamentos de fauna do Estudo da APA Serra da Mantiqueira, no estudo do Plano de Manejo da APA Fernão Dias, no Plano de Manejo da Empresa Melhoramentos Florestal e no artigo científico publicado na revista MG.BIOTA/IEF, que engloba a área do lote e ao entorno (região), uma vez que a área do terreno é



relativamente pequena (1036,30 m<sup>2</sup>).

Segundo o responsável técnico, Engenheiro Florestal João Paulo Andrade Azevedo, o local de estudo, não apresenta espécies da fauna em ameaça de extinção. A análise de bioindicadores, baseada principalmente na avifauna, apontou para a presença de espécies comuns em florestas secundárias e em bordas de mata, além da presença de espécies com ampla valência ecológica e adaptadas a ambientes antropizados. A maior parte das espécies da fauna que transitam no local da intervenção são aves e pequenos mamíferos, responsáveis por dispersar sementes e propágulos vegetais, colaborando para manutenção e regeneração da cobertura vegetal nativa.

No Relatório de Fauna foram utilizados dados secundários, não houve estudo de campo, de estudos realizados na região do Distrito de Monte Verde, para demonstrar espécies que habitam ou circundam o local, segundo o Biólogo Thiago Jardim de Oliveira, a empresa Melhoramentos Florestal desenvolve estudos e monitoramentos de fauna nas unidades Levantina, Santa Marina e Caieiras desde 2010 para caracterização da biodiversidade e condições ambientais, e de estudos realizados em uma área de 18 hectares dentro do perímetro urbano do Distrito, que detalham as diferentes formações vegetais encontradas e as espécies da avifauna neste local, utilizando o método de Censo Auditivo e Visual. Segundo o relatório apresentado, os impactos ambientais sobre a fauna serão insignificantes por ser tratar de um lote que não abriga espécies de médio e grande porte, podendo abrigar alguns ninhos de aves, mas não foi possível localizá-los no momento do inventário florístico, a área será suprimida de maneira que não impacte de maneira significativa a flora e fauna da área, antes da supressão será realizado a afugentamento das espécies que possivelmente estarão no local. Por se tratar de área antropizada, a maior parte das espécies que transitam o local da intervenção são aves e pequenos mamíferos além da existência de animais domésticos e a manutenção de área para compensação pela supressão e da área exigida de 50% pela Legislação Federal 11.428/2006, já é uma forma de compensar o impacto sobre a fauna, além de que o lote está localizado a cerca de 800 (oitocentos) metros de distância da RPPN Parque Levantina, a qual servirá de refúgio para a fauna.

Conforme o Plano de Intervenção Ambiental (PIA), o Inventário Florestal, o Laudo Técnico de Fauna e o Relatório de Fauna apresentados, a área de influência do empreendimento é composta por fragmentos de vegetação nativa, algumas áreas verdes e arborização urbana em meio a uma área antropizada, foi feito levantamento com registro, onde o autor descreve algumas espécies da fauna ocorrentes na área do lote e no seu entorno. Durante a vistoria de campo não foi observado ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção ou endêmicas no local.

Assim, considerando a magnitude das intervenções propostas que se relacionam com o corte de 51 indivíduos arbóreos nativos vivos em área de 230,7 m<sup>2</sup>, no lote 20 da quadra C, assim como a localização em borda de área com infraestrutura, mais a presença humana e de animais domésticos de pequeno porte constantes, e de espécies com maior tolerância a alterações ambientais, juntamente com execução da supressão seguindo a medida mitigadora de forma sequencial conforme item específico (com técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão de vegetação nativa de forma sequencial iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra, com o corte de troncos, empilhamento e remoção da galhada) e somente depois, quando necessário, a intervenção ambiental poderá ser efetuada com uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape RPPN Parque Levantina (área de vegetação nativa próxima a área da intervenção) concluiu-se que as medidas mitigadoras e compensatórias propostas foram consideradas suficientes para assegurar que a intervenção ambiental solicitada não colocará em risco a sobrevivência das espécies da fauna ameaçadas de extinção.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Fora apresentado pelo requerente justificativa sobre a inexistência de alternativa técnica e locacional para o empreendimento, acostado no processo SEI nº. 2100.01.0030459/2022-79 , descrevendo que o objetivo é utilização de parte do imóvel, lote urbano, para construção de uma edificação e um acesso, tendo em vista que a Legislação em vigor permite.

A propriedade (antes da intervenção já ocorrida) era constituída em sua totalidade por vegetação nativa de porte arbóreo. Diante do exposto e observado no local, não há alternativa técnica locacional para a construção de edificação e acesso na propriedade. Foi realizada uma análise do projeto arquitetônico para a

construção de uma infraestrutura de moradia e um acesso, sendo constatado que as construções foram alocadas no terreno de maneira a promover o mínimo de intervenção sobre a vegetação nativa, na Rua das Pedras e estando localizada na Zona de Expansão Urbana do zoneamento ambiental da APA Fernão Dias.

## 5. ANÁLISE TÉCNICA

Em análise técnica à requisição de autorização para intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa com destoca, na área de 0,023076 hectares, junto aos autos do processo nº. 2100.01.0030459/2022-79 foram verificados a localização e composição da área de compensação ambiental, planta topográfica, projeto arquitetônico, PIA, inventário florestal, levantamento florístico de espécies não-arbóreas, laudo técnico de fauna e relatório de fauna, usando como suporte as plataformas: SICAR-MG, IDE-SISEMA, Google Earth Pro, SINAFLOR entre outras.

Quanto à inexistência da área de Reserva Legal e do CAR do imóvel, as mesmas já foram discutidas nesse parecer em tópico específico.

A planta topográfica representa a realidade atual das propriedades, tendo sido elaborada no DATUM SIRGAS 2000 e as coordenadas geográficas ali indicadas, foram conferidas em campo, sendo consideradas satisfatórias.

Foi constatado que as construções, intervenções ambientais, foram alocadas no terreno de maneira a promover o mínimo de intervenção sobre a vegetação nativa, estando próximo à Rua da Pedra, reservando os fundos do lote e no entorno da edificação para conservação da vegetação nativa.

Em áreas com intervenções ambientais com supressão de vegetação nativa, o PIA, o inventário florestal, o levantamento florístico de espécies não-arbóreas, o laudo técnico de fauna e o relatório de fauna, são estudos técnicos essenciais para o correto e adequado embasamento das decisões do órgão ambiental IEF/SISEMA.

Em análise ao PIA apresentado nos autos, se nota diversas informações técnicas que validam a viabilidade ambiental ao deferimento da intervenção ora pretendida, como caracterização do local, ausência de alternativa técnica e locacional, medida compensatória, as quais estão em consonância à Legislação vigente:

- Lei nº. 11.428, de 22/12/2006, que trata da utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- Lei nº. 12.651, de 25/05/2012, que institui o Novo Código Florestal Nacional;
- Lei Florestal Estadual nº. 20.922 de 16/10/2013, que dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade no Estado de Minas Gerais;
- Decreto nº. 6.660 de 21 de novembro de 2008, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
- Decreto nº. 47.749 de 11/11/2019, que dispõe sobre intervenção, supressão, compensação ambiental e produção florestal no Estado de Minas Gerais.
- Resolução CONAMA nº. 392 de 25/07/2007, que trata da definição de vegetação primária e secundária de regeneração do Bioma Mata Atlântica.
- Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3.102 de 26/10/2021, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Os locais de intervenção, segundo o laudo de fauna, não apresentam espécies em ameaça de extinção ou protegidos por Lei. A análise de bioindicadores apontou para a presença de espécies comuns em florestas secundárias e em bordas de mata e a presença de espécies com ampla valência ecológica e adaptadas a ambientes antropizados. Ainda sobre a fauna ressaltamos que a vegetação do lote em questão está localizado próximo a um grande remanescente de vegetação nativa localizado no entorno da zona urbana do distrito de Monte Verde a RPPN Parque Levantina, que é de propriedade da Companhia Melhoramentos Florestal.

Como já era de se esperar as formações florestais que circundam o perímetro urbano do distrito de Monte Verde possuem grande e valiosa diversidade de fauna, refletindo o alto grau de conservação da região. Já na localidade urbana, especialmente na localidade mais central da parte urbana do Distrito de Monte Verde há

antropização acentuada que afugenta as espécies da fauna, permanecendo aquelas com características mais plásticas e com melhor adaptação ao meio, principalmente aves. O ambiente é utilizado com mais frequência como passagem, sendo que para as análises das supressões em pequenas partes dos lotes têm-se considerado a possibilidade de conexão da área intervinda a fragmentos maiores e a própria restrição da norma vigente, que garante a conservação de parte do lote permitindo a mitigação de tal impacto. O lote está localizado em proximidade com remanescente de Mata Atlântica em estágio avançado de regeneração, no entanto apresenta a cobertura vegetal afetada pelo efeito de borda, e haverá a preservação de 30% da área de vegetação nativa do lote.

A área que sofrerá intervenção é pequena e não sofrerá impactos significativos no que diz respeito a perturbação a fauna, sendo que as espécies que transitam no local, aves e pequenos mamíferos, não correm nenhum risco de extinção, pois será realizado o afugentamento das espécies da fauna que por ventura estiverem no local e a conservação de 30% da vegetação nativa existente. Além dessas justificativas foi informado que a área de compensação, localizada dentro do lote, também está inserida no interior da APA Fernão Dias e próxima da área de propriedade da Companhia Melhoramentos Florestais, evidenciando que a fauna do local é semelhante àquela encontrada nas proximidades do lote 20, Quadra C.

A área que sofrerá intervenção é pequena e não sofrerá impactos significativos no que diz respeito a perturbação a fauna, sendo que as espécies que transitam no local, aves e pequenos mamíferos, não correm nenhum risco de extinção devido a conservação da vegetação nativa existente em 77,74% da área total do Lote 20, Quadra C. Será realizado o afugentamento das espécies da fauna que por ventura estiverem no local.

Não foi apresentado pelo empreendedor documento de registro de uso insignificante de recurso hídrico (outorga), localizado na propriedade lote 20 da Quadra C, no Loteamento Villas de Monte Verde, Distrito de Monte Verde, município de Camanducaia/MG, emitido pelo IGAM, pois a água é fornecida pela Concessionária COPASA, em zona urbana já regularizada.

Coordenadas geográficas (UTM) de referência da área de compensação ambiental: (UTM) 393.353 E / 7.469.844 S e 393.355 E / 7.469.829 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K) no Lote 20 da Quadra C.

Foi realizada uma consulta junto à Gerência da Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável Área de Proteção Ambiental Fernão Dias – APA Fernão Dias, com relação a impedimento legal da intervenção ambiental solicitada.

A Área de Proteção Ambiental Fernão Dias (APAFD) é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, criada pelo Decreto nº. 38.925, 17 de julho de 1997, e o instrumento a ser utilizado como referencial para o gerenciamento da APA é o seu Plano de Gestão.

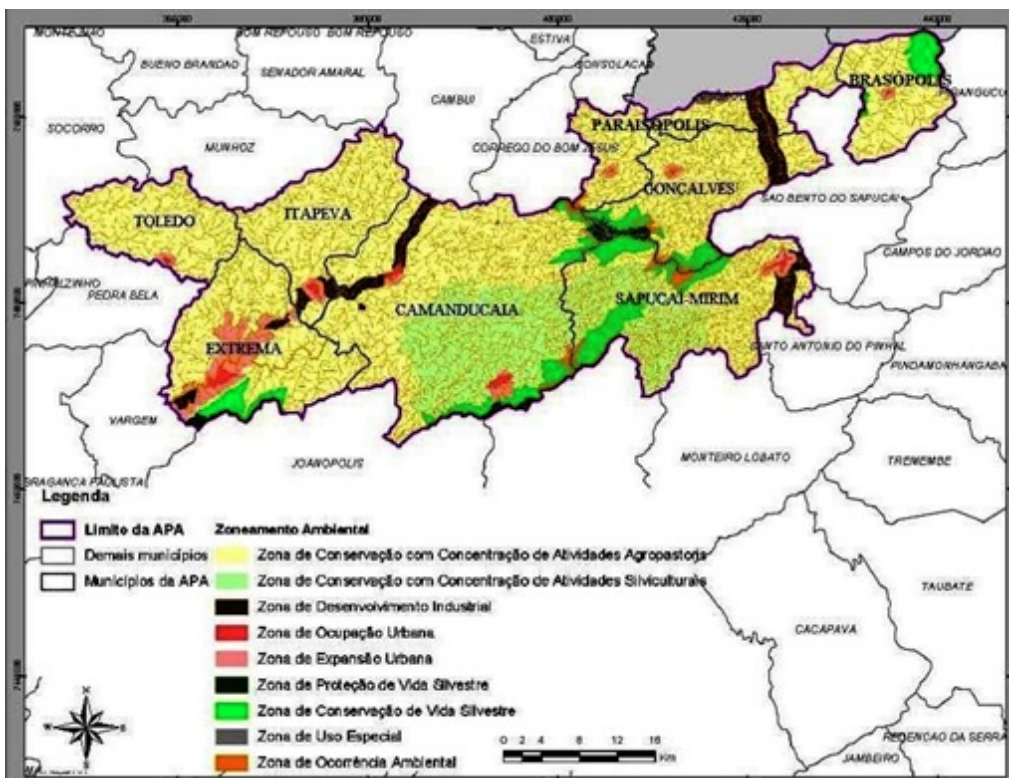




Figura 11: Mapa do Zoneamento Ambiental da APA Fernão Dias e o Distrito Monte Verde, localizado no extremo sul do município de Camanducaia/MG.

Em 17 de outubro de 2009 foi publicada a Deliberação do Conselho de Administração do IEF N° 1.439, de 15 de outubro de 2009, que aprova o Plano de Gestão da APA Fernão Dias; que foi posteriormente alterada pela Deliberação ad referendum do Conselho de Administração do IEF N° 1.449, de 16 de abril de 2010.

O Plano de Gestão da APA Fernão Dias é composto pelo diagnóstico socioambiental, zoneamento e o planejamento de programas e ações. O zoneamento ambiental divide o território da APA Fernão Dias em parcelas ou zonas, indicando qual o tipo de uso e ocupação recomendado para cada zona. Esta definição é baseada no conceito de sustentabilidade ambiental e também nos objetivos da APA.

O lote n°. 20 da quadra C, está localizado dentro da Zona de Expansão Urbana (Ver Imagem abaixo) do município de Camanducaia/MG. A intervenção ambiental em 138,54 m<sup>2</sup> está inserida na Zona de Expansão Urbana da APA Fernão Dias.



Figura 12: Mapa do Zoneamento Ambiental da APA Fernão Dias e a localização do Lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, Distrito Monte Verde, Camanducaia/MG.

Entre as diretrizes de uso recomendadas para essa zona está o incentivo a recuperação de áreas degradadas e áreas de preservação permanente.

Dessa forma, fauna.

No mês de janeiro de 2023 foi criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural Parque Levantina – RPPN Parque Levantina através da Portaria IEF N°. 07 de 19 de janeiro de 2023, de propriedade da Companhia Melhoramentos Florestais que está a cerca de 1000 metros de distância do lote, contudo, apesar da proximidade, entre a área da RPPN e o lote em questão existem ruas, lotes e construções.

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os principais impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção ambiental abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente por apresentarem efeitos diretos sobre habitats e organismos.

Os impactos ambientais associados ao processo de supressão de vegetação nativa podem ser caracterizados por apresentarem efeitos diretos como a retirada de camada vegetal do solo, impermeabilização do solo e diminuição da infiltração de água no solo.

Quanto à atividade de construção de edificação e acesso são descritas diversas Medidas de Mitigação, conforme listado a seguir e que serão observadas quanto ao cumprimento:

### **Diminuição da diversidade florística.**

#### Medidas Mitigadoras:

- Retirar dos indivíduos arbóreos, antes da supressão, plantas epífitas, transportando-os para as outras árvores que não serão cortadas dentro do lote; Reabilitação total da área do empreendimento após término das atividades e recomposição paisagística.

### **Erosão e impermeabilização do solo devido a retirada da cobertura vegetal.**

#### Medidas Mitigadoras:

- Realizar as obras em época de estiagem, a fim de reduzir o risco de carreamento de partículas sólidas para os cursos d'água causando assoreamento; Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo, tais como: cordões de contorno, terraceamento, plantio de grama, forma a minimizar o assoreamento dos recursos hídricos; O uso do fogo deverá ser uma prática estritamente proibida.

### **Destruição de ninhos e/ou abrigos de fauna.**

#### Medidas Mitigadoras:

- Executar o corte dos indivíduos arbóreos após inspeção detalhada, e caso seja encontrado algum tipo de abrigo ou ninho de fauna, realizar o corte da árvore apenas no período de descanso reprodutivo da espécie de fauna;

- Utilizar técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão de vegetação nativa de forma sequencial iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra (cortes de troncos, empilhamento, remoção da galhada) e somente depois, quando necessário, a intervenção ambiental poderá ser efetuada com uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação nativa próxima à intervenção).

### **Contaminação do solo e descarte incorreto de lixo.**

#### Medidas Mitigadoras:

- Destinação adequada aos rejeitos produzidos na área, evitando que os mesmos venham a permanecer dispersos pelo empreendimento; Utilização de equipamentos regulados para que não ocorra vazamentos de óleos e graxas no local.

### **Monitoramento das intervenções.**

#### Medida Mitigadora:

- Apresentar relatório fotográfico do cumprimento das etapas da intervenção ambiental, começando pela roçada, seguido do corte com motosserra e por fim o uso de maquinário, restringindo-se o uso do fogo, durante o período de validade da autorização.

## **6. CONTROLE PROCESSUAL**

### **Relatório**

Foi requerida por **Eli Carlos Sampaio Nunes**, inscrito no CPF sob o nº 297.662.028-85, a supressão de vegetação nativa com destoca pertencente ao Bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração com a finalidade de construção de edificação, em uma área de 0,023076 ha, sendo 0,00922 ha em caráter corretivo e 0,013854 ha para nova intervenção, na propriedade Lote 20, quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, no Distrito de Monte Verde, no município de Camanducaia/MG, matriculado no CRI sob o nº 16.313.

Verificados o recolhimento da Taxa de Expediente, da Taxa Florestal e Taxas de Reposição Florestal. O auto de infração foi quitado e a taxa florestal foi paga em dobro, nos termos da Lei 4.747/68, art. 68, II.

O empreendimento se enquadra como não passível de licenciamento ambiental.

É o relatório.

## **Análise**

Sob o aspecto legal, se trata de intervenção ambiental para a supressão de vegetação nativa com destoca pertencente ao Bioma Mata Atlântica em estágio sucessional médio de regeneração, com a finalidade de construção de edificação e um acesso, onde devemos observar as regras da Lei 11.428/06.

Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

§ 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

Dessa forma, verifica-se que se trata de parcelamento do solo aprovado antes da vigência da Lei nº 11.428/06, condicionando, portanto, o empreendedor à manutenção da vegetação no empreendimento em no mínimo 30% da área total coberta pela vegetação local. Nesta senda, o técnico vistoriante verificou que o projeto apresentado pelo requerente abarcou e atendeu ao comando legal em tela.

Frise-se que os artigos 30 e 31 da Lei nº 11.428/06 estão contidos em um capítulo próprio, o Capítulo VI, cujo objetivo é estabelecer regras próprias para os casos de supressão de vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica visando o uso alternativo do solo para fins de loteamento e edificação. Percebe-se que não há nesses dispositivos a exigência de inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, conforme se observa da ressalva prevista no art. 14 do mesmo diploma legal, a seguir:

Art. 14. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei - (grifamos).

A despeito da inexigência da Lei, o Requerente trouxe a informação quanto à falta de alternativa à intervenção, uma vez que se trata de lote urbano destinado à construção de moradia, sendo objeto de manifestação do Analista Ambiental gestor do processo, em seu Parecer Técnico, no sentido de aprovar a inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

No tocante aos procedimentos para autorização, o Decreto Estadual 47.749/2029, a qual dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais, em seu art. 3º, considera passível de autorização a supressão de vegetação nativa.

Assim, combinando a legislação supracitada, verificamos que a supressão com destoca requerida é passível de autorização.

## **Da Compensação Ambiental**

Em razão da intervenção requerida, incide respectiva compensação ambiental, a qual se trata de proposta de



compensação florestal apresentada pela Requerente à luz das argumentações técnicas no Parecer Técnico, onde se conclui que a mesma atende aos requisitos impostos pela legislação ambiental em vigor, em especial ao que dispõe o art. 26 do Decreto Federal 6.660, de 21 de Novembro de 2008, pelo fato de se amoldar aos requisitos de proporcionalidade de áreas, localização quanto à bacia hidrográfica e, ainda, às mesmas características ecológicas, como se observa da explanação a seguir:

1 - Foi apresentada, a compensação ambiental, pela intervenção ambiental solicitada, na mesma propriedade, através da conservação de 0,049465 ha da cobertura vegetal nativa (Mata), coordenadas geográficas (UTM) 390.427 E / 7.471.743 S e 390.456 E / 7.471.723 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K, existente no local e que não será suprimida, segundo os Art. 48 e 49 do Decreto nº. 47.749, de 11 de novembro de 2019, portanto, a compensação ambiental será na proporção de duas vezes a área suprimida na modalidade de servidão florestal.

Desse modo, a Analista vistoriante foi favorável às medidas compensatórias apresentadas pela intervenção em vegetação nativa em estágio médio de regeneração natural, no Bioma Mata Atlântica, por esta estar em conformidade com a Legislação (Decreto nº. 47.749/2019).

2 - Quanto à conformidade locacional, a proposta está conforme, haja vista que a mesma está sendo proposta na mesma propriedade da intervenção, e, portanto, no mesmo município da área da intervenção, em atendimento ao art. 49, I, do Decreto Estadual nº 47.749/19, a saber: Art. 49. Para fins de cumprimento do disposto no art. 17 e no inciso II do art. 32 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, o empreendedor deverá, respeitada a proporção estabelecida no art. 48, optar, isolada ou conjuntamente, por: I - destinar área, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica de rio federal, sempre que possível na mesma sub-bacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo município ou região metropolitana, em ambos os casos inserida nos limites geográficos do Bioma Mata Atlântica; (...)

3 - No que tange à modalidade da compensação florestal através da conservação florestal, temos que está conforme o art. 26, I do Decreto Federal Nº 6.660/08, senão vejamos:

Art. 26. Para fins de cumprimento do disposto nos arts. 17 e 32, inciso II, da Lei no 11.428, de 2006, o empreendedor deverá: I - destinar área equivalente à extensão da área desmatada, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei no 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana; (...) Nesta mesma senda, a Portaria IEF nº 30, de 03 de fevereiro de 2016, art. 2º, III, §4º, estabelece que o empreendedor poderá destinar área para a conservação, senão vejamos:

Art. 2º - A compensação ambiental decorrente do corte ou da supressão de vegetação nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica implica na adoção das seguintes medidas, à critério do empreendedor: I –Destinação de área para conservação com as mesmas características ecológicas, localizada na mesma bacia hidrográfica e, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica e, para os casos previstos nos art. 30 e 31 da Lei nº 11.428/2006, em áreas localizadas no mesmo município ou região metropolitana; (...) Enfim, a compensação ambiental necessária à intervenção, foi aprovada pela gestora do processo em seu parecer técnico, ressaltando que o Lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II, Distrito de Monte Verde, está localizado dentro da Zona de Expansão Urbana do município de Camanducaia/MG, situado em área periférica do Distrito, apresentando proximidade com fragmento florestal maior em estágio médio de regeneração natural do Bioma Mata Atlântica e a área objeto de intervenção ambiental, 0,103630 ha representa 22,26% da área total do lote, restando uma área de 0,080554 ha (77,74%) sem nenhuma intervenção e destinada a conservação ambiental através da modalidade de servidão florestal.

#### **Da Competência Autorizativa**

O art. 31 da Lei Federal nº 11.428/06, já retrocitado, estabelece a competência do Estado para autorização de intervenção localizada dentro dos limites do Bioma Mata Atlântica em vegetação no estágio médio de regeneração, para fins de qualquer edificação. Por sua vez, o Decreto Estadual nº 46.953/2016 estabelece a competência da Unidade Regional Colegiada do COPAM (URC/COPAM) para a decisão da intervenção e compensação quando localizadas no Bioma Mata Atlântica e desde que a vegetação se encontre em estágio médio de regeneração e se localize dentro das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, senão vejamos:

Art. 9º – As URCs são unidades deliberativas e consultivas encarregadas de propor e compatibilizar, no âmbito de sua atuação territorial, as políticas de conservação e preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, competindo-lhes: (...) IV – decidir sobre os processos de intervenção ambiental, nos casos em que houver supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica e em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado; (...) VIII – aprovar, ressalvado o disposto no inciso XIV do art. 13, a compensação ambiental de que trata a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, referente aos processos mencionados no inciso IV; (...)

O Parecer Técnico informou as coordenadas geográficas da área de intervenção do empreendimento, verificando que o local da intervenção está dentro de área delimitada pela Fundação Biodiversitas como prioritárias para a conservação da natureza, mais especificamente em área especial.

Foi ressaltado no Parecer que a solicitação de supressão de vegetação nativa, está de acordo com as diretrizes de uso da Zona de Expansão Urbana contidas no Zoneamento Ambiental da APA Fernão Dias.

“A Fundação Biodiversitas é uma organização não governamental sediada em Belo Horizonte/MG que promove ações de caráter técnico-científico no Brasil desde 1989, é um centro de referência no levantamento e aplicação do conhecimento científico para a conservação da diversidade biológica. Os projetos desenvolvidos pela Fundação visam a interação entre o meio ambiente e o ser humano, buscando meios de conciliar a conservação da natureza e o desenvolvimento econômico e social”.

Destarte, como a área de intervenção ambiental está localizada dentro dos limites da área prioritária especial para a conservação da biodiversidade, a competência para a autorização da supressão pretendida é da URC/COPAM.

A gestora do processo, Analista Ambiental vistoriante, foi favorável às intervenções requeridas, aprovou os estudos técnicos apresentados, inclusive no que se refere à identificação da fauna, não tendo sido observado ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção ou endêmicas, indicou medidas mitigadoras e compensatórias.

Ainda, a gestora verificou, por liberalidade técnica, a inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, o que foi feito a despeito da inexigência da Lei, quanto a este quesito, para os casos de loteamento ou edificação em perímetro urbano.

## **Conclusão**

Face ao acima exposto, verifico que o pedido é juridicamente possível, não encontrando óbice à autorização.

A competência para a decisão é da URC/COPAM, conforme Decreto Estadual nº 46.953/2016. Sendo aprovado o pedido, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Florestal - TCCF, referente à compensação florestal pelo empreendedor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da decisão e deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, por parte do requerente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura.

Caso o empreendedor ou requerente não assine o Termo de Compromisso de Compensação Florestal nos prazos

estipulados, o IEF expedirá notificação ao interessado, para que no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da mesma, proceda à assinatura e publique o termo no Diário Oficial do Estado, sob as penas da legislação aplicável, sob pena de solicitação das providências cabíveis à Presidência do COPAM.

As medidas mitigadoras, compensatórias e as condicionantes estabelecidas deverão constar no DAIA.

Conforme Decreto Estadual nº 47.749/2019, o prazo de validade do DAIA deverá ser de 3 (três) anos.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de intervenção ambiental, sendo intervenção ambiental com supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, em uma área de **0,023076 ha**, coordenadas geográficas (UTM) 390.427 E / 7.471.743 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), situada na propriedade Lote 20 da Quadra C, Rua da Pedra, Loteamento Villas de Monte Verde II, Distrito de Monte Verde, município de Camanducaia/MG, com rendimento de **6,506 m<sup>3</sup>** de madeira floresta nativa que será utilizado no próprio no imóvel, visando a construção de edificação e acesso pelo Sr. Eli Carlos Sampaio Nunes.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Foi apresentada, a compensação ambiental, pela intervenção ambiental solicitada, na mesma propriedade, através da conservação de 0,049465 ha da cobertura vegetal nativa (Mata), coordenadas geográficas (UTM) 390.427 E / 7.471.743 S e 390.456 E / 7.471.723 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K, existente no local e que não será suprimida, segundo os Art. 48 e 49 do Decreto nº. 47.749, de 11 de novembro de 2019, portanto, a compensação ambiental será na proporção de duas vezes a área suprimida na modalidade de servidão florestal.

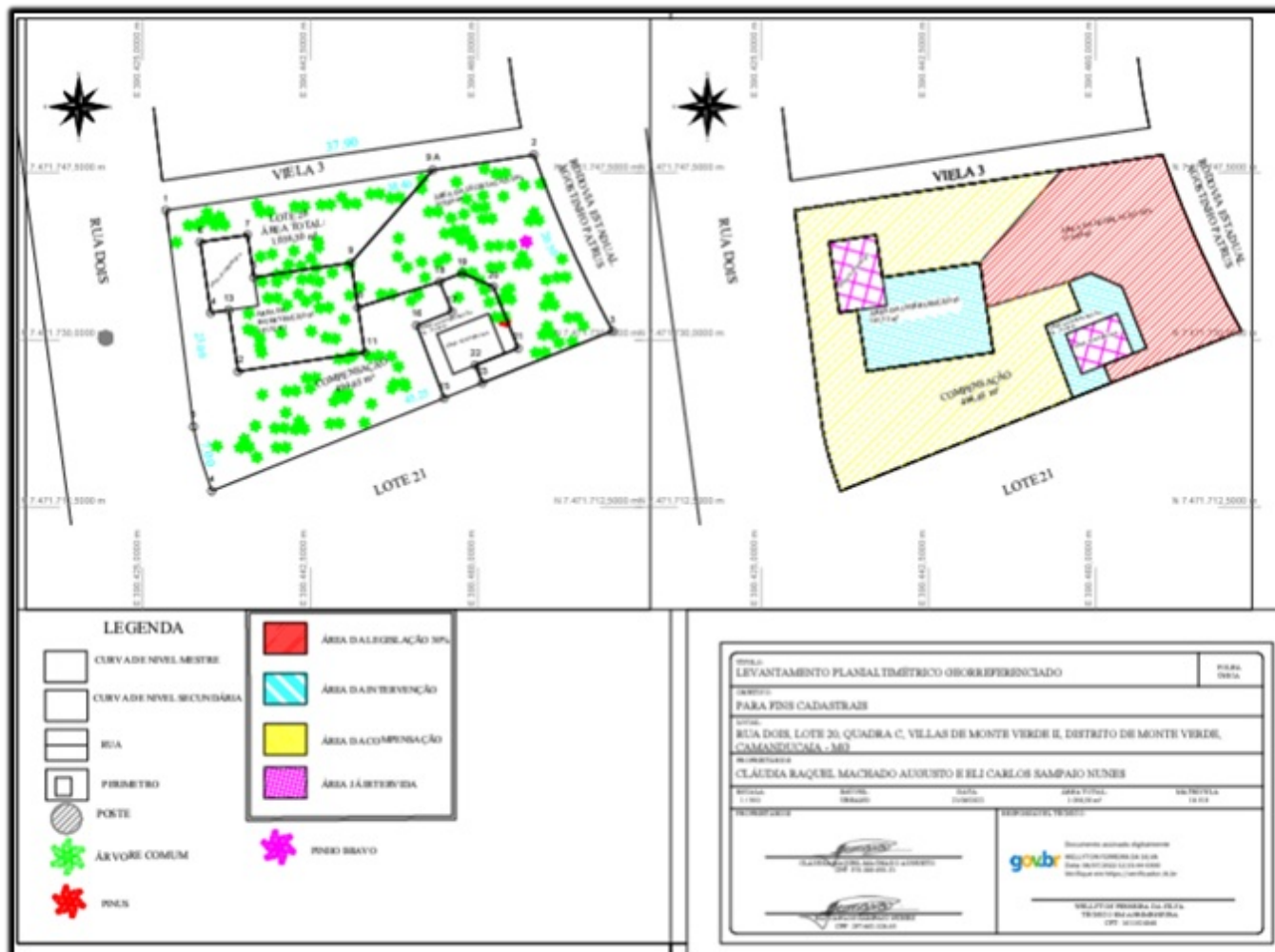


Figura 13: Planta planialtimétrica do Lote 20, Quadra C, situado na Rua da Pedra, Loteamento Villas de



Monte Verde, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG, com a área destinada como compensação ambiental.

Somos de parecer favorável às medidas compensatórias apresentadas, pela intervenção em vegetação nativa em estágio médio de regeneração natural, no Bioma Mata Atlântica, por esta estar em conformidade com a Legislação (Decreto nº. 47.749/2019) e pela compensação se encontrar dentro da área de influência do empreendimento.

A medida compensatória apresentada deverá ser averbada em cartório de registro, junto à matrícula do imóvel, através de Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF.

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de reposição florestal (corretivo): Dae nº.1501198169191 (R\$28,62), pago em 06/07/2022

Taxa de reposição florestal: Dae nº. 1501198175450 (R\$186,21), pago em 06/07/2022

## 10. CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

A conservação de 30% da cobertura vegetal nativa (Mata), uma área de 0,031089 ha, coordenadas geográficas (UTM) 390.446 E / 7.471.738 S e 390.460 E / 7.471.725 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K) existente no local da intervenção e que não será suprimida, descritas no Projeto Técnico de responsabilidade do Engenheiro Florestal João Paulo Andrade Azevedo, CREA-MG nº. 2008121510/D, ART Obra / Serviço nº. MG20221284759 e segundo o Art. 55 do Decreto nº. 47.749 de 11 de novembro de 2019, já que o Loteamento Villas de Monte Verde II foi aprovado anterior a 22 de dezembro de 2006, conforme declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Camanducaia/MG.



Figura 14: Área de conservação presente no Lote 20 da Quadra C, Loteamento Villas de Monte Verde II,

<b>Item</b>	<b>Descrição da Condicionante</b>	<b>Prazo*</b>
1	Destinação adequada aos rejeitos produzidos na área, evitando que os mesmos venham a permanecer dispersos pelo empreendimento.	Durante a implantação do empreendimento.
2	Adotar técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão de vegetação nativa de forma sequencial iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra (cortes de troncos, empilhamento, remoção da galhada) e somente depois, quando necessário, a intervenção ambiental poderá ser efetuada com uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação nativa com próxima a intervenção).	Durante a implantação do empreendimento.
3	Somente realizar o corte dos indivíduos arbóreos após inspeção detalhada, e caso seja encontrado algum tipo de abrigo ou ninho de fauna, realizar o corte da árvore apenas no período de descanso reprodutivo da espécie de fauna	Durante a implantação do empreendimento.
4	Retirar dos indivíduos arbóreos, antes da supressão, plantas epífitas, transportando-os para as outras árvores que não serão cortadas dentro do lote.	Durante a implantação do empreendimento.
5	A conservação de 30% da cobertura vegetal nativa (Mata), uma área de 0,031089 ha, coordenadas geográficas (UTM) 390.446 E / 7.471.738 S e 390.460 E / 7.471.725 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K) existente no local da intervenção e que não será suprimida, descritas no Projeto Técnico de responsabilidade do Engenheiro Florestal João Paulo Andrade Azevedo, CREA-MG n°. 2008121510/D, ART Obra / Serviço n°. MG20221284759	Durante a implantação do empreendimento.
6	A conservação na modalidade de servidão florestal, na proporção de duas vezes a área intervinda, de 0,049465 ha da cobertura vegetal nativa (Mata), existente no local da intervenção (lote) e que não será suprimida, coordenadas geográficas (UTM) 390.427 E / 7.471.743 S e 390.456 E / 7.471.723 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), descritas Projeto Técnico de responsabilidade do Engenheiro Florestal João Paulo Andrade Azevedo, CREA-MG n°. 2008121510/D, ART Obra / Serviço n°. MG20221284759.	Durante a implantação do empreendimento.
7	Apresentar o TCCF (Termo de Compromisso de Compensação Florestal) averbado junto à matrícula do imóvel.	Em até 90 (noventa) dias após emissão da autorização.
8	Obtenção do Alvará de Construção junto ao município, ente federativo responsável pela verificação do cumprimento das condições estabelecidas na Lei Federal n°. 6.766/1979.	Antes do início de qualquer intervenção ambiental no lote.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

**INSTÂNCIA DECISÓRIA**

**COPAM / URC**     **SUPERVISÃO REGIONAL**

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

**Nome: Valdene de Alvarenga Sousa**

**MASP: 598681-5**

**RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO**

**Nome: Rodrigo Mesquita Costa**

**MASP: 1.221.221-3**





Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Mesquita Costa, Servidor (a) Público (a)**, em 20/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valdene Alvarenga de Sousa, Gerente**, em 21/02/2024, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **66064937** e o código CRC **5F17A690**.